



MEGAEVENTOS ESPORTIVOS DO ESPETÁCULO À EXCEÇÃO: BELO HORIZONTE E A PRODUÇÃO DA PAISAGEM TURÍSTICA

Matheus Teixeira Barreto ¹

RESUMO

Os megaeventos esportivos trazem uma série de mudanças para as cidades sede. Nesse artigo analisamos a reprodução da Copa do Mundo de Futebol FIFA de 2014 na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. Partimos e analisamos os processos que se passaram na cidade, enfocando-nos no entorno do Estádio Mineirão. Estádio que recebeu jogos da Copa e tem grande importância no contexto brasileiro. Tomamos em conta o processo de reforma deste e a sua gestão, além da situação dos barraqueiros do seu entorno, eles sendo vendedores de comida de rua. Para entender todo o processo partimos da ideia de que os megaeventos esportivos são reproduzidos através do espetáculo e da exceção, utilizando ambos os conceitos para compreender mais e melhor o que se passou no estádio e seu entorno e colocando-os como centrais na contemporaneidade.

Palavras-chave: megaeventos esportivos, espetáculo, exceção, Mineirão, barraqueiros.

RESUMEN

Los megaeventos deportivos traen consigo una serie de cambios en las ciudades sede. En este artículo analizamos la reproducción del Mundial de Fútbol FIFA de 2014 en la ciudad de Belo Horizonte en el estado de Minas Gerais. Analizamos los procesos que tuvieron lugar en la ciudad, enfocándonos en los alrededores del Estadio Mineirão. Estadio que acogió partidos del Mundial y que tiene gran importancia en el contexto brasileño. En el artículo vamos analizar su proceso de reforma y su gestión, además de la situación de los “barraqueiros” de su entorno, ellos que venden comida en la calle. Para entender todo el proceso, salimos de la idea de que los megaeventos deportivos se reproducen por medio del espectáculo y de la excepción, utilizando ambos conceptos para comprender más y mejor lo que ha sucedido en el estadio y en su entorno, además de situarlos como ejes centrales de la contemporaneidad.

Palabras clave: megaeventos deportivos, espectáculo, excepción, Mineirão, barraqueiros.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, é inegável o papel que o turismo vem obtendo enquanto um discurso hegemônico e uma possível saída e maneira pela qual as cidades podem obter maiores índices de crescimento econômico e alavancar a sua posição na hierarquia mundial de cidades, tomando em conta a competição existente num mercado mundial de cidades (HARVEY, 2006). A competitividade urbana se tornando algo dado para as cidades, ademais, quando compreendemos o regime de austeridade em que se encontram, fazendo com que elas busquem investimentos internacionais. Logo, a

¹ Graduado em Geografia pela UFMG. Metrandu em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. O artigo faz parte da dissertação de mestrado do autor, tendo em vista a pesquisa que busca relacionar a reprodução dos megaeventos esportivos nos BRCS. Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). mixabarreto@gmail.com



atração de turistas é potencializada, pois, eles, remodelados a consumidores (do e no espaço), tornam-se o público-alvo das cidades (e para alguns, até a salvação), porém, vale dizer, não qualquer turista, o foco sendo os das classes econômicas mais altas (SÁNCHEZ, 1999).

Nesse movimento, intenta-se transformar a cidade em cidade turística, a partir do remodelamento do espaço urbano, com destaque para a paisagem urbana, agora, transformada em paisagem turística, narrativa utilizada na cidade na ânsia de obter consumidores (BESSA; ÁLVARES, 2014). A paisagem sendo uma das maneiras pelas quais se edifica o espetáculo, situação em que as relações sociais são mediadas por imagens (DEBORD, 2005 [1967]). Assim, observa-se o desenvolvimento de práticas socioespaciais de caráter espetacular, todavia, que não se constituem sem conflitos e resistências. Práticas que alimentam e catalisam a adoção de medidas excepcionais (VAINER, 2011), estas, vistas como necessárias para a ampliação do neoliberalismo e a aceleração da reprodução capitalista (SWYNGEDOUW, 2010). Neoliberalismo sendo uma imposição e uma autoridade política disciplinar que compele a regra do mercado sobre todas as relações sociais, políticas e econômicas, moldando-as e transformando-as (BRENNER; THEODORE, 2002). De modo que, o mercado e a forma-mercadoria são cada vez mais centrais, fazendo com que tudo se vire a eles.

Com tudo isso, vemos que os megaeventos esportivos atuam como aceleradores desse processo, sendo vistos como uma “oportunidade catalisadora do desenvolvimento urbano, no bojo da difusão da ideologia neoliberal e da afirmação do empresariamento da gestão urbana” (SÁNCHEZ *et al.*, 2012, p. 234). Eles sendo essenciais para consolidar as estratégias de competitividade interurbana e para reafirmar a hegemonia do empreendedorismo urbano dentro do pensamento sobre a governança urbana contemporânea (HALL, 2006; HARVEY, 2006), na incessante busca por acelerar e aumentar a acumulação capitalista (MÜLLER, 2017). Processo intimamente ligado a produção da paisagem turística da cidade.

Portanto, colocamos como questão central: como os megaeventos esportivos produziram e produzem a paisagem turística na cidade Belo Horizonte/Minas Gerais? Defenderemos o argumento principal de que os megaeventos esportivos nessa cidade produziram e produzem a paisagem turística por meio dos mecanismos do espetáculo e da exceção. A escolha por Belo Horizonte, Minas Gerais, se dá no fato de que a cidade



foi sede da Copa do Mundo FIFA do Brasil de 2014. Aprofundaremos a nossa análise, tendo em mente a realização do megaevento na capital mineira, a situação do Estádio Mineirão e seu entorno, abordando os processos relativos à sua produção e gestão e o que foi e é vivido pelos barraqueiros do entorno do Mineirão.

O objetivo do trabalho é demonstrar o papel dos megaeventos esportivos em catalisar tanto o espetáculo quanto a exceção e identificar as práticas socioespaciais desses mecanismos na reprodução dos megaeventos. Há uma importância em tratar desse tema, tendo em vista a possibilidade de buscar pontos que deixaram de ser discutidos, necessários na contemporaneidade, ademais, com a exceção agigantando-se a campos cada vez mais profundos, urge a importância de reconhecer as práticas socioespaciais derivadas desse processo.

O MEGAEVENTO E A CIDADE

Os megaeventos esportivos se encaixam, mormente, no que podemos compreender perante os Grande Projetos Urbanos (GPU's). Os GPU's sendo entendidos enquanto intervenções propostas pelo empreendedorismo urbano como um dos meios necessários para atrair os escassos investimentos e os poucos consumidores interessantes à cidade, impondo a ela o tipo de intervenção a ser realizada, ou seja, sendo "um receituário global de intervenção sobre o espaço urbano." (FREITAS, 2016, p. 24).

Eles ilustram as novas articulações produzidas pelo neoliberalismo, assim, expressando e dando forma na cidade as transformações político-econômicas contemporâneas (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002). Atuando como instrumentos estratégicos que buscam remodelar a cidade, através de alternativas que combinam flexibilidade e ações diretas com grande potencial simbólico (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002), com o objetivo de trazer crescimento econômico e desenvolvimento urbano (SÁNCHEZ, 1999). Ou seja, os GPU's como uma das faces práticas do neoliberalismo na produção contemporânea do espaço urbano.

Tomando em conta os GPU's, acreditamos que os megaeventos esportivos vão além e se tornam ainda mais centrais no regime de acumulação atual ao proporcionar que tais processos ganhem em escala e em complexidade. Isso, pois, devido a ampla



cobertura midiática, a divulgação e a visibilidade global que possuem, eles facilitam que a imagem da cidade seja divulgada, promovida e melhorada (BROUDEHOUX, 2017) em escalas muito maiores que qualquer GPU. Exposição internacional sendo um ponto importante no contexto de competitividade interurbana e na busca pelo crescimento do turismo. Isso, pois, devido a ampla cobertura midiática, a divulgação e a visibilidade global que possuem, eles facilitam que a imagem da cidade seja divulgada, promovida e melhorada (BROUDEHOUX, 2017) em escalas muito maiores que qualquer GPU. Assim, “espetáculo encenado para os turistas, que culminava com os próprios Jogos Olímpicos, como o espetáculo dos espetáculos.” (STAVRIDES, 2016, p. 133).

Segundo Debord (2005 [1967]), o espetáculo seria entendido da seguinte maneira: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens.” (p. 8). Portanto, a sociedade do espetáculo seria uma em que as relações sociais se desenvolvem por meio das imagens, das representações, não somente utilizando-as, mas, metabolizando-as enquanto meios para o seu desenvolvimento e transformando-as numa visão de mundo.

No contexto em que há relações sociais mediadas por imagens, acaba-se por mascarar a diversidade e os contrastes neles e delas, em que as imagens se tornam aparências de realidade, o que acaba por tornar a vida opaca, pois, ela é mediada por meio de aparências criadas (DEBORD, 2005 [1967]). Aparências criadas pelo e para o aumento da acumulação e da reprodução capitalista, seja por meio da venda de determinados estilos de roupa, automóvel, eletroeletrônico, dentre outros. O que torna o espetáculo mais um dos meios, no qual o capital se utiliza para controlar a classe dominada, inserindo a racionalidade espetacular na vida cotidiana, de modo a iludir e a intoxicar os sujeitos com a cultura mercantil espetacularizada (BROUDEHOUX, 2017).

Dessa maneira, o espetáculo é, simultaneamente, o resultado e o projeto do capitalismo, assim, tornando-se intrínseco a ele e, a partir da sua continuidade como modo hegemônico, afirmando-se enquanto algo central da vida na contemporaneidade (DEBORD, 2005 [1967]). Devido a essa inerência, aqueles mais interessados na continuidade desse sistema buscarão se utilizar do espetáculo, o que provoca a consolidação da unilateralidade de quem tem o controle sobre ele, “de modo que a sua concentração se traduz no acumular nas mãos da administração do sistema existente os meios que lhe permitem prosseguir esta administração determinada.” (DEBORD, 2005



[1967], p. 16). O que o torna o discurso e o instrumento da classe dominante para esconder e aprofundar as relações de dominação e de exploração entre classes e garantir a continuidade da sua reprodução e acumulação (DEBORD, 2005 [1967]).

Portanto, no espetáculo a imagem é central, assim, os megaeventos também se inserem nesse processo. Logo, há de se compreender que eles respondem a uma certa forma urbana, ademais, se observamos que eles são realizados por meio de projetos, não pelo planejamento compreensivo, tendo uma abordagem mais particularista e pontual (FREITAS, 2016). Isto é, eles estão de mãos dadas com a arquitetura de espetáculo onde a forma, o design e a estética são pilares, no qual fragmentos e pedaços do urbano têm como objetivo trazer altos graus de monumentalidade e possibilitar maiores retornos econômicos e aumentos na renda da terra perante a sua revalorização (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002). A arquitetura se fazendo presente, por meio do “uso de arquétipos e ícones de desenho urbano, engenharia e arquitetura contemporânea, quanto o sombreamento de clichês conceituais de diferentes vertentes críticas.” (FREITAS, 2016, p. 52).

Destarte, o ambiente construído se torna essencial, pois, ele é o mecanismo de comunicação utilizado pelos agentes locais que garantirá capital simbólico e iconográfico e demonstrará determinados valores culturais e cívicos aos investidores internacionais (BROUDEHOUX, 2017). A produção das instalações e outras infraestruturas estando diretamente ligada a imagem que a cidade quer ter internacionalmente, exaltando os locais onde há imóveis modernizados que se encaixam na cultura sofisticada e na eficiência internacional e escondendo ou omitindo espaços que sugerem atraso ou declínio, pois, eles podem manchar a paisagem minuciosamente construída (SÁNCHEZ, 1999). Assim, as imagens criadas são escolhidas e produzidas cuidadosamente para transmitir sensações positivas sobre a cidade, como a unicidade e a personalidade, de modo a ganhar as mentes e os corações dos consumidores globais, usualmente, por meio de imagens universalistas e sem grandes controvérsias (BROUDEHOUX, 2017). De modo que, são construídos uma série de edifícios e locais emblemáticos (SÁNCHEZ, 2010), como museus, marinas, centros comerciais, praças e parques e até estádios de futebol.

Nesse processo de produção imagética, nota-se uma seleção do que pode e o que não pode ser visto perante o escrutínio internacional criando-se uma série de enclaves



de consumo, onde se exhibe e se consome as partes mais higienizadas e controladas da cidade no qual o bem-estar do turista é prioritário (MASCARENHAS, 2014). Isso recria a ideia das duas cidades, uma bela e segura feita “para inglês ver” numa simbiose entre imagem e produto (ARANTES, 2000) e uma real, marcada pelos conflitos intrínsecos ao capitalismo e à sociedade urbana contemporânea. Paisagem turística modificada, em que uma nova imagem urbana tenta criar zonas atrativas para o terciário internacional, construir monumentos que reforcem a identidade simbólica local (BORJA; CASTELLS, 1997) e produzir espaços que ampliem a hegemonia do capital.

Os megaeventos esportivos sendo construídos no espetáculo e para vender espetáculo (WOLFE, 2019), criando simulacros espetaculares de uma totalidade urbana que se esquece das suas próprias contradições, focando em experiências sempre positivas (COMPTON, 2016). O que anula as críticas e despolitiza o processo de decisão e participação, facilitando a garantia de consenso popular, as manipulações operadas pelo Estado e pelo capital e a distração e o silenciamento sobre as questões políticas (BROUDEHOUX, 2017). O que potencializa os megaeventos enquanto mercadorias espetaculares para o consumo em massa, para a atração de capitais internacionais e para que as cidades busquem ganhar posições na hierarquia urbana (HALL, 2006). Seguindo os interesses das elites transescalares que buscam consolidar o seu poder (BROUDEHOUX, 2017).

Indo além na questão da paisagem turística, Debord (2005 [1967]) também debate a questão do espetáculo a partir da problemática do tempo, que também é visto como algo a ser consumido, no qual os sujeitos são postos a consumir imagens. Podendo ser visualizado mais claramente quando observamos que o ócio (e nisso, o turismo) se tornou algo a ser consumido, em que há a distração de ver aquilo que já se tornou banal, pois, ele se encontra na garantia da ordem econômica global. Ainda que haja o deslocamento do local de reprodução da vida cotidiana regular para um outro qualquer, a reprodução nesse outro local se fará, também, de modo espetacular, tornando a primeira para mais espetacular. Consumo espetacular que não se dá no vazio, mas, no espaço e do espaço. Como bem traz Lefebvre (2001 [1968]), o espaço acaba por cumprir um duplo papel, ser o lugar do consumo, mas, também, o lugar a ser consumido, ou seja, para além do local onde os sujeitos compram e vendem



mercadorias, o próprio espaço deve ser comprado e vendido, de modo a se tornar mercadoria e adquirir valor de troca em si.

Vale destacar que o processo de espetacularização está intimamente ligado a ideia de empreendedorismo urbano (HARVEY, 2006), no qual um dos seus modus operandi se constitui diretamente pela produção e mediação da vida pelas imagens. Ou seja, busca-se converter o espaço para dentro daquilo que seria a forma preferencial de relação a se constituir nessa sociedade.

Assim, as cidades tentam produzir marcas de maravilha, de excitação e de deslumbramento (BROUDEHOUX, 2016), tendo em vista que a mercadoria no espetáculo busca ser ainda mais provocante e atraente (LEFEBVRE, 1999 [1970]). Espetacularizando ainda mais a paisagem urbana. Ela estando embricada a uma visão de mundo dominante e modeladora que coloca em jogo os seus interesses, desejos e aspirações do que seria uma cidade adequada ao consumo internacional (BROUDEHOUX, 2016). Visão que acaba moldando a cidade segundo os poderosos e aquilo que eles acreditam ser desejável, respeitável e atrativo, baseada numa construção imagética elitista e classista que se faz por meio da destruição (re)criativa do espaço segundo os moldes hegemônicos e que se pretende única e atraente aos consumidores internacionais, regulada através da segurança, da ordem e do sucesso econômico, carregada pelos ideais de ser vibrante, excitante e segura e pautada pela ânsia por mais status, qualidade de vida e oportunidades de investimento (BROUDEHOUX, 2016). Perfeita para o crescimento do turismo.

Lefebvre (1999 [1970]) já havia argumentado como que a natureza do monumento é repressiva, colonizando e oprimindo o espaço ao seu redor por se oferecer através da contemplação passiva, tendo como objetivo homenagear e enaltecer, majoritariamente, os poderosos. No nosso caso, isso fica mais evidente quando observamos a transformação do estádio de futebol, anteriormente um local mais propício ao encontro, devido aos preços mais populares e até mesmo uma apropriação diferenciada, para uma elitização, no qual os estádios já não são mais estádios, sim, renomeados como arenas.

O espetáculo estando diretamente ligado ao neoliberalismo devido a centralidade da forma-mercadoria e do mercado ambos. Isso, pois, o neoliberalismo tem como



objetivo central estender o mercado, a competição e a mercantilização a todos os setores da sociedade e da vida, solapando outros interesses que não sejam intimamente atrelados a reprodução e a acumulação capitalista e excluindo e apagando as conquistas do período keynesiano-fordista, de modo a propagar e a afirmar que “mercados abertos, competitivos e não regulamentados, livres de todas as formas de interferência estatal, representam o mecanismo ideal para o desenvolvimento econômico.” (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 350).

Neoliberalismo que coloca como um dos seus pontos centrais a questão da competição. Ele parte do pressuposto que todos somos livres e agimos perante as nossas próprias vontades, logo, caberia aos indivíduos competir pelas melhores soluções. Desse modo, os indivíduos livres postos a competir no mercado pela solução dos seus problemas fariam com que a competição não ficasse somente entre eles, mas, também, em relação aos ofertantes, ampliando o leque de escolhas (MAGALHÃES, 2015). Isso, tendo em mente que todos agem apenas segundo os cálculos econômicos de utilidade, no qual outros aspectos da vida não se fazem presente, o que claramente é falacioso, pois, até mesmo as estratégias de marketing influenciam nas decisões dos sujeitos. Então, a competição se torna uma grande linha guia neoliberal (MAGALHÃES, 2015), acreditando-se que “a competição entre indivíduos sirva ao suposto interesse coletivo” (MAGALHÃES, 2016, p. 39). O imperativo da competição no mercado servindo para a ampliação dele, pois, ele seria o único solucionador e apaziguador dos problemas (MAGALHÃES, 2015). Vale entender que a competição não se dá apenas para a questão individual, a cidade também é posta a competir. Ela se encaixando na racionalidade neoliberal como um sujeito que deve tomar ações proativas no mercado internacional para atrair os investimentos necessários para o seu desenvolvimento.

Tendo em vista esse momento, observamos a solidificação do consenso neoliberal (SWYNGEDOUW, 2010) enquanto único caminho a ser adotado na atualidade que se impõe de maneira autoritária, pois, “anula a democracia, esvazia o político, ou seja, o cultivo do desacordo por meio de espaços materiais e simbólicos adequadamente construídos para o dissenso público do encontro e da troca, e, em última análise, perverte e solapa o próprio fundamento de uma polis democrática.” (SWYNGEDOUW, 2010, p. 3).



Tomando em conta que os neoliberais veem a democracia enquanto algo problemático, sendo a melhor atitude a centralização do poder nas mãos dos cidadãos capazes de entender a situação, assim sendo, apenas aos “técnicos conhecedores sobre o mercado” que teriam o poder e a capacidade de planejar sobre a economia e a cidade (MAGALHÃES, 2016). Onde “o problema da democracia para esse grupo seria justamente este, como manter o governo protegido das intempéries das vontades e interesses pouco razoáveis das maiorias.” (MAGALHÃES, 2016, p. 40). Nesse contexto, segundo o pensamento neoliberal, não cabe as maiorias terem a voz e o poder necessários para clamar pelos seus direitos, já que elas não têm a racionalidade adequada para compreender quais seriam as possíveis soluções da crise, tampouco o conhecimento sobre os melhores modos de se governar e obter maiores ganhos econômicos. Subalternizando e silenciando os diversos conhecimentos e saberes produzidos pela classe trabalhadora.

A partir dessa visão autoritária dos processos de tomadas de decisão e de participação notamos a emergência da exceção enquanto mecanismo importante para o neoliberalismo e, nisso, para a produção dos megaeventos esportivos. Aqui, entendemos exceção enquanto a quebra da ordem vigente do Estado Democrático de Direito para que medidas possam ser realizadas de maneira mais ágil (OLIVEIRA; VAINER, 2014), o que “leva à aceleração dos processos de tomada de decisão pela administração pública e torna os processos de discussão mais curtos e menos abertos à participação da população” (OLIVEIRA, 2012, p. 72). Nisso, uma série de leis, decretos e, principalmente, medidas provisórias são aprovadas sem seguir a rigidez habitual que o processo exige, em que o processo legal é acelerado e modificado naquele momento, mas não só nele, no qual o executivo guia e atua como legislativo, eliminando e impossibilitando a distinção entre os limites das esferas (OLIVEIRA; VAINER, 2014). De modo que “a lei veio legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra” (VAINER, 2011, p. 7).

A exceção que faz com que haja a emergência, a agilidade e a ausência de participação popular nos processos de decisão na cidade. De modo a potencializar a aprovação de decretos e leis *ad hoc*. Ademais quando pensamos os megaeventos, pois, devido ao seu prazo limite, coloca-se a exceção como algo necessário a ser feito para



que a entrega e a realização do evento ocorram na data prevista (BROUDEHOX, 2017), e ao fato de que ele passará pelo escrutínio internacional, sendo assim, uma imagem imaculada deve ser vendida ao público mundial. No entanto, isso nada mais serve como uma desculpa para que os agentes hegemônicos possam atuar mais livremente na cidade e no país. Agentes melhor entendidos enquanto os capitais transescalares, que agem como ditadores na cidade, impondo a todos a sua democracia, a democracia direta do capital (VAINER, 2016). Capital que por vezes se diz estar em conflito com o Estado, mas que necessita e se utiliza dele para garantir a sua reprodução, seja por meio do direito à propriedade privada, seja pelo monopólio da violência (MAGALHÃES, 2016), nesse caso, seja pela aprovação de leis que lhe beneficiem.

Portanto, há uma total desqualificação da política, pois, na imposição do neoliberalismo enquanto racionalidade dominante e da competitividade como caminho único, “o que conta é a produtividade e a competitividade, e onde o que vale são os resultados.” (VAINER, 2000, p. 90), não o debate e a discussão democrática. Nesse jogo, não há respeito a democracia e tudo que seja necessário para a dominação do capital será feito, até mesmo a adoção de medidas excepcionais.

Enfim, “o estado de exceção redefine as formas através das quais os interesses dominantes se fazem presentes no estado.” (VAINER, 2011, p. 9), nesse caso, por meios não democráticos. Suspendendo-se a lei para garantir a lei (AGAMBEN, 2004 [2003]). Então, compreende-se que a cidade de exceção se aproveita e se utiliza dos megaeventos esportivos para catalisar-se (OLIVEIRA; VAINER, 2014). Catalisar, pois, a exceção já se faz presente na contemporaneidade através do neoliberalismo, porém, acelerada devido ao processo de produção dos megaeventos, eles sendo a desculpa perfeita para que cada vez mais não se respeite os processos democráticos, já que os megaeventos devem ocorrer sem importunos, tendo em vista os prazos e a cobertura internacional. Catalisar, também, porque a exceção não será finalizada ao final do megaevento, tendo os seus efeitos para muito além dele.



BELO HORIZONTE: O ESPETÁCULO E A EXCEÇÃO

A partir do que argumentamos na sessão anterior, buscaremos trazer como que tais conceitos e processos atravessam o que passou e se passa em Belo Horizonte/MG, devido aos processos de produção do megaevento esportivo ali.

A cidade de Belo Horizonte é capital do estado de Minas Gerais no Sudeste no Brasil. A cidade foi sede de um dos megaeventos esportivos que ocorreram no país, a Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014. No desenvolvimento do processo de se tornar sede de megaevento uma série de práticas socioespaciais se desenvolveram para que a cidade se enquadrasse naquilo que foi imposto enquanto necessário para a plenitude de ser sede.

Aqui, partiremos sobre o que ocorreu em relação ao Estádio Mineirão e o seu entorno. O Estádio Governador Magalhães Pinto, comumente conhecido como Mineirão, foi fundado em 1965 na regional Pampulha, muito próximo a Lagoa da Pampulha, sítio turístico mais conhecido da cidade e Patrimônio Mundial da Unesco. O estádio é entendido enquanto templo do futebol mineiro e brasileiro onde diversos momentos marcantes da história futebolística brasileira aconteceram. Devido a importância do estádio, somado ao fato de que Belo Horizonte é uma das principais capitais políticas e econômicas brasileiras, a cidade conseguiu se eleger sede para a Copa do Mundo FIFA de 2014. Porém, o estádio como estava não cumpria os padrões impostos pela FIFA sobre o que um estádio deveria possuir para poder receber as partidas do mundial (FREITAS, 2016). Padrões, que na realidade, são aquilo que o capital internacional entende sobre o que seria a imagem de estádio de futebol mais facilmente vendível e que responda a imagem espetacular desenvolvida sobre o que ele é, ainda que isso não respeite a própria história do lugar. Nesse contexto, uma grande e custosa reforma foi vendida como necessária para que o estádio atingisse tais padrões. Assim, em 2010, iniciou-se a reforma do estádio, que se concluiu no ano de 2012, com ele sendo reinaugurado. Na Figura 1 podemos visualizar o estádio antes da reforma, em 2009 e na Figura 2 após a sua conclusão e reinauguração, em 2014.



Figura 1 – Estádio Mineirão antes da reforma – Junho de 2009



Fonte: Google Earth

Figura 2 – Estádio Mineirão após a reforma – Abril de 2014



Fonte: Google Earth



Já dentro da visão neoliberal de produção do espaço, para a reforma do estádio foi desenvolvida uma PPP (Parceria Público-Privada), onde o consórcio BCMF Arq foi selecionado para a construção, e para o gerenciamento, também com uma PPP, foi dada a concessão para a Concessionária Minas Arena S.A. (composta pelas empresas Construcap, Egesa e HAP engenharia e sendo uma Sociedade de Propósito Específico), concessão que tem prazo de vigência até 2037, passível de prorrogação até 2045 (TONUCCI; SCOTTI; MOTTA, 2014). Vale dizer que anteriormente o estádio era administrado pela ADEMG (Administração de Estádios de Minas Gerais), órgão público e estatal, extinta em 2013. Logo, desde já, podemos observar a transformação de uma gestão pública para uma privada voltada ao lucro. O que demonstra a consolidação da lógica neoliberal perante a reforma e a gestão do estádio ao colocá-lo sob o controle de entes privados.

Ainda que possa soar que o investimento tenha sido majoritariamente privado em relação a reforma do estádio devido a concessão para esses entes, quando observada atentamente nota-se que o financiamento é público, mormente federal, com grande participação o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) provendo empréstimo de R\$ 400 milhões dos R\$ 695 milhões para a reforma do estádio (valor total que é completado por recursos municipais) (TONUCCI; SCOTTI; MOTTA, 2014). Ou seja, há uma clara transferência de dinheiro público para o capital privado para que ele realize a reforma e, posteriormente, tenha controle sobre esse espaço e seus potenciais lucros.

Todavia, a situação de ampliação da lógica de mercado não é apenas essa. No contrato de concessão há uma garantia de que o Estado deveria salvaguardar uma taxa de lucro mínimo a concessão (COSTA; TONUCCI, 2017, p. 30), de modo que, caso o estádio desse prejuízo a concessionária, o Estado deveria bancar o lucro desta. Portanto, uma total subserviência do Estado ao mercado, garantindo o seu lucro.

Além disso, observamos como que as práticas socioespaciais de reprodução dos megaeventos estão majoritariamente direcionadas a enclaves de consumo espetaculares, como o Mineirão, quando se constata que o enfoque financeiro das reformas para a Copa do Mundo na cidade está nele, que concentra 27% dos investimentos totais da cidade (TONUCCI; SCOTTI; MOTTA, 2014). Tal fato demonstra como a paisagem turística é central nos megaeventos, pois, devemos pensar que esses recursos financeiros



podariam servir para a possível resolução de uma série de conflitos socioespaciais, todavia, enfoca-se naquilo que será mais visto pelo público internacional, o estádio. Posto como um espaço a ser consumido. Sendo tal produção realizada dentro dos moldes neoliberais de ampliação da lógica de mercado, em que o Estado tem o papel de facilitador e de garantidor do desenvolvimento do mercado.

Reforma que responde aos interesses dos capitais transescalares quando observamos “as modificações dos espaços internos, a inserção de novos usos, a redução da capacidade e a maximização dos lucros que o contrato privado condiciona levam a um potencial enobrecimento da Arena Multiuso” (FREITAS, 2016, p. 202). Enobrecimento (ou higienização, ou elitização) que fica mais bem vista com o fim da geral, setor historicamente apropriado pelas classes populares no estádio, por ser o local onde os ingressos eram os mais baratos (MARINHO, 2021). O fim da geral representando essa modernidade excludente e elitista que segue os padrões internacionais de “arenas”, mudança de nome que traz essa nova visão de mundo (MASCARENHAS, 2014, p. 72), e que oprime, esconde e omite a história daquele local, escolhendo a imagem a ser divulgada, comunicada e vendida.

Ainda na questão do Mineirão, outro ponto nos chama atenção, a dos barraqueiros do entorno do estádio. Os barraqueiros são trabalhadores que vendem comida de rua no entorno do estádio Mineirão e em outros locais e eventos na cidade. Alguns deles trabalhavam no estádio desde a sua inauguração em 1965, vendendo para os trabalhadores que construíram o estádio e, depois, para os diversos torcedores que frequentavam o estádio, tendo o seu trabalho reconhecido pela sua extrema relevância social,

o que pode se observar em documento do governo do Estado (da Assessoria de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria), datado de 21 de outubro de 2014, no qual se afirma que o grupo é ‘parte integrante da realidade social do Estádio, pois eles se estabeleceram no entorno do Mineirão primeiramente para servir aos funcionários que o construíam, tendo passado depois a compor o folclore do futebol, servindo típica comida mineira, conhecida como ‘tropeirão’, dentre outras’.(TRIGUEIRO, 2018, p. 26)

Ou seja, sujeitos que tem uma importância na construção cultural e imagética do que seria o estádio Mineirão historicamente. Porém, em 2010, com o início da reforma do estádio, esses trabalhadores viram toda essa importante história se desmanchar no ar. O total de 96 barraqueiros ficaram impossibilitados de exercer o seu trabalho na área



externa do estádio durante a reforma. Mesmo após a conclusão da reforma e a reinauguração do estádio, os barraqueiros continuaram impossibilitados de trabalhar, ainda que no licenciamento da obra havia a promessa de “ações de articulação para a inclusão dos comerciantes que utilizavam o espaço externo do Mineirão em programas de formação e capacitação para o comércio formal e/ou economia solidária.” (TRIGUEIRO, 2018, p. 96) e que a prefeitura tivesse feito o compromisso para com a volta e reinserção dos barraqueiros (G1 MG, 2015b). Após muita luta, principalmente da ABAEM (Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão) que ocupou a calçada em frente a prefeitura de BH, foi aberto um processo de licitação em 2016 para a volta destes ao estádio (G1 MG, 2015a). Ou seja, mais de 6 anos após o início da reforma do estádio e com muitos desses trabalhadores ficando sem renda por um período muito longo havia uma perspectiva de volta.

Todavia, o processo de licitação não foi como os históricos barraqueiros esperavam. Tendo em vista a sua condição enquanto patrimônio imaterial do estádio e o convênio e o licenciamento feito a partir 1991 com a ADEMG que regularizava o seu trabalho, com o pagamento de taxas para a utilização por meio da DAE (Documento municipal de licença) desde 2001 (TRIGUEIRO, 2018, p. 85-105), esperava-se que eles tivessem tratamento diferenciado na licitação, o que não ocorreu. A licitação se deu de maneira totalmente aberta, desconsiderando esses trabalhadores históricos e fazendo com que eles competissem com outras pessoas para fazer o seu trabalho histórico (G1 MG, 2015a). O desrespeito com esse compromisso histórico fez com que a Defensoria Pública de Minas Gerais entrasse com pedido de liminar para suspender o processo de licitação (G1 MG, 2015b), embora, sem sucesso. Esse ponto nos demonstra dois aspectos importantes. O primeiro seria a consolidação da exceção, pois, ainda que houvesse um compromisso do Estado em garantir a volta desses trabalhadores ele não foi exercido, ou seja, um total desrespeito a lei. Vale entender que a ABAEM se colocou, também, contra o processo licitatório, justamente, por ele não cumprir com esse compromisso histórico (G1 MG, 2015a). Além da exceção haver continuado mesmo após o fim do megaevento, ou seja, exceção tendo efeitos para mais dele. O segundo seria a ampliação da racionalidade neoliberal da competitividade enquanto linha guia na contemporaneidade, pois, agora, não importa a questão histórica dos barraqueiros, já que eles seriam “sujeitos livres”, logo, que sejam colocados a competir pelo acesso ao seu trabalho. Processo excludente, tendo em vista que a licitação que seria por “maior



oferta”, quem oferta-se o maior lance obterá o direito a trabalhar (TRIGUEIRO, 2018, p. 98), no qual muitos dos históricos barraqueiros não conseguiram participar, pois, não tem recursos suficientes para pagar a mensalidade da licitação, para mais quando constatamos que muitos deles vivem em um contexto de vulnerabilidade social, além do fato de que por mais de seis anos ficaram sem a renda que eles tinham com o trabalho no Mineirão (TRIGUEIRO, 2018).

Outro ponto também merece destaque. Anteriormente os barraqueiros se localizam na frente do estádio, de frente aos portões de entrada e bilheterias. Na parte onde podemos visualizar as primeiras árvores no entorno do Mineirão na Figura 1 e assim como poder ser visualizado na Figura 3. O processo licitatório aberto não foi para que os barraqueiros retornassem para aquele local histórico, mas, sim, para a área externa do estádio. Não para a área externa que pode ser vista na parte cinza no entorno do estádio na Figura 2, sim, nas ruas e avenidas do entorno, locais muito longe dos portões e bilheterias do estádio (G1 MG, 2015a). Isso, pois, a concessionária Minas Arena, que tem o controle dessa área cinza pertencente ao estádio Mineirão, não se manifestou perante a situação dos barraqueiros e argumentou que a presença deles na área contrariaria o contrato de PPP estabelecido com o estado de Minas Gerais (G1 MG, 2015a). Vale dizer que a licitação foi feita pela Prefeitura de Belo Horizonte, logo, havendo um conflito entre estado e município.

Esse último ponto demonstra três processos. O primeiro sendo a unilateralidade e o controle sobre o espetáculo, pois, é a Minas Arena quem define o que acontece na área no entorno do estádio. É esse ente privado quem decide e seleciona o que pode ser visto ou não, demonstrando o controle que os entes privados têm sob o espaço que anteriormente era público, reconfigurando o espaço para usos enfocados no valor de troca e no espetáculo. O segundo sendo como todo o processo é encenado para o público internacional (agora, não apenas para ele, mas para qualquer público que venha a frequentar o estádio), pois, não há a intenção de demonstrar a diversidade local através dos históricos barraqueiros, sobrando apenas aquilo que é padronizado e elitizado. Espetáculo encenado para torcedores e frequentadores. De modo a consolidar a exclusão de sujeitos históricos do Mineirão de participar da sua história e garantir a sua reprodução cotidiana. Por último, a potencialização da exceção, ela sendo estabelecida para a Copa, mas se alongando para muito além dela. Vale dizer que essas práticas



socioespaciais são utilizadas enquanto justificativas para transformar a capital mineira em uma capital turística, transformando a paisagem em uma paisagem turística estandardizada.

Figura 3 – Barraca em frente ao Portão 9 do Estádio Mineirão anteriormente a reforma



Fonte: Siqueira (2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estádio Mineirão é histórico. Ao longo dos seus anos de existência muitas emoções e situações aconteceram ali. Vitórias e derrotas que marcaram e seguem marcando a sociedade mineira e brasileira. Porém, as vitórias e as derrotas tomaram outros ares para além dos futebolísticos com a realização da Copa do Mundo na capital mineira. Quando observado o processo de reprodução dos megaeventos esportivos ali, podemos observar que as vitórias foram, em sua grande maioria, do capital e as derrotas, das classes populares.

Visualizamos como que o espetáculo se agigantou e a exceção foi potencializada quando o Mineirão se tornou uma paisagem turística espetacularmente e excepcionalmente produzida, no qual o capital com a ajuda do Estado decidiu quem poderia e quem não poderia participar da festa. Processo de decisão que excluiu, de



maneira excepcional, sujeitos que produziram a história tão bela e plural do estádio. De modo a ampliar a competição a níveis cada vez maiores e fazer com que a participação popular se tornasse algo leviano. Espera-se que algum dia o Mineirão possa voltar a ser daqueles que o produzem, que o valor de uso seja central e que ocorra justiça social diante das mazelas proporcionadas por um megaevento feito para inglês consumir.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. 2004 [2003]. Estado de exceção: homo sacer, II. São Paulo: Boitempo.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, v. 1, p. 11-74, 2000.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol; ÁLVARES, Lúcia Capema. **A construção do turismo: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades**. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Planes estratégicos y proyectos metropolitanos. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, n 1 e 2, 1997, p. 207-231.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. Cities and the geographies of “actually existing neoliberalism”. **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 349-379, 2002.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Megaeventos, revanchismo e a cidade de exceção neoliberal. Notas sobre o Rio de Janeiro nos Jogos Olímpicos. In: Vainer, Carlos; Broudehoux, Anne Marie; Sánchez, Fernanda; Oliveira, Fabrício Leal. (Org.). **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. , p. 360-388

BROUDEHOUX, Anne-Marie. **Mega-events and urban image construction: Beijing and Rio de Janeiro**. Taylor & Francis, 2017.

COMPTON, James. Mega-events, media, and the integrated world of global spectacle. In: GRUNEAU, Richard; HORNE, John. (ed.) **Mega-Events and Globalization**. Routledge, p. 48-64. 2016.

COSTA, Heloísa; TONUCCI, João Bosco. Belo Horizonte: The Urban Impact and Contested Legacy of a Mega-Event. In: NOBRE, Eduardo Alberto Cusce (Ed.). **Sports mega-events and urban legacies: the 2014 FIFA World Cup**, Brazil. Springer, 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Edições Antipáticas. 2005 [1967].

FREITAS, Daniel Medeiros de. **Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Escola de Arquitetura da UFMG, 2016.

G1 MG. Prefeitura de BH abre inscrições para licitação de feira ao redor do Mineirão. **G1**, 17 de agosto de 2015a. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/08/prefeitura-de-bh-abre-inscricoes-para-licitacao-de-feira-ao-redor-do-mineirao.html> Acesso em 01/09/2021



G1 MG. Defensoria quer suspender licitação de feira no entorno do Mineirão. **G1**, 25 de agosto de 2015b. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/08/defensoria-quer-suspender-licitacao-de-feira-no-entorno-do-mineirao.html> Acesso em 01/09/2021

HALL, C. Michael. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. **The sociological review**, v. 54, n. 2_suppl, p. 59-70, 2006.

HARVEY, David. Do Administrativismo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In.: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume Editora, 2006 (2a edição) p. 163-190.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. (1970)

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. (1968)

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica. **GEOgraphia**, v. 18, n. 37, p. 35-60, 2016.

MAGALHÃES, Felipe. **O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes de economia política da urbanização contemporânea** (Tese). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.(2015).

MARINHO, Luiz Carlos. **Mineirão para quem? Perspectivas sobre um território antidemocrático**. Monografia de graduação em Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

MASCARENHAS, G. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. **Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.

MÜLLER, Martin. How mega-events capture their hosts: event seizure and the World Cup 2018 in Russia. **Urban Geography**, v. 38, n. 8, p. 1113-1132, 2017.

OLIVEIRA, N. G. **O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo**. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão; VAINER, Carlos. Megaeventos no Brasil e no Rio de Janeiro: uma articulação transescalar na produção da cidade de exceção. In.Sánchez, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Orgs.). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências**. p. 81-118 . Niterói: Editora da UFF, 2014

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. N. 1, maio 1999. p. 115- 132.



SIQUEIRA, Leonardo. PBH sugere, e Minas Arena estuda volta de barraqueiros. **Conlicitação Portal**. 13 de maio de 2015. Disponível em <https://portal.conlicitacao.com.br/licitacao/noticias/48387/> Acesso em 01/09/2021

STAVRIDES, Stavros. Olimpíadas de Atenas 2004: um estado de exceção urbano que se transformou em regra. In: Carlos Vainer ... [et al.]. (Org.). *Megaeventos e Cidades: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 128-157, 2016.

SWYNGEDOUW, Erik. Post-democratic cities for whom and for what. *In. Regional Studies Association Annual Conference*. 2010.

SWYNGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUEZ, Arantxa. Neoliberal urbanization in Europe: large-scale urban development projects and the new urban policy. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 542-577, 2002.

TONUCCI, J. B.; SCOTTI, M.; MOTTA, E. Copa do Mundo-2014, Belo Horizonte: impactos socioeconômicos e neoliberalismo urbano. In: OLIVEIRA, Hélio; FREITAS, Daniel; TONUCCI, João (org.). **Belo Horizonte: os impactos da Copa do Mundo de**, p. 1-31, 2014.

TRIGUEIRO, Karla. **Uma abordagem territorial dos megaeventos esportivos em Belo Horizonte/MG: análise e interpretação do processo de desterritorialização dos antigos barraqueiros do Mineirão**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, UFMG, p. 367, Belo Horizonte, 2018.

VAINER, C. B.. Megaeventos, Cidade de Exceção e Democracia Direta do Capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: Vainer, Carlos et al. (Org.). **Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 19-46

VAINER, C. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **XIV Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro: Anpur, 2011.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, v. 3, p. 75-103, 2000.

WOLFE, Sven Daniel. **“Fanatic Energy in the Wrong Places”: Potemkin Neoliberalism and Domestic Soft Power in the 2018 Men’s Football World Cup in Russia**. 2019. Tese de Doutorado. Université de Lausanne, Faculté des géosciences et de l’environnement.